

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Coloco em votação a dispensa da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de reunião de hoje consta de apenas um item: a presença de S. Ex^a o Ministro Sérgio Motta, que comparece à Comissão de Infra-Estrutura para prestar esclarecimentos sobre o processo de participação do capital privado nas telecomunicações brasileiras. O assunto, atual, nos interessa a todos e carece de esclarecimentos, razão pela qual o Senador Freitas Neto apresentou requerimento, aprovado pela Comissão, e que produziu a presença de S. Ex^a nesta Comissão.

Quero esclarecer ao Plenário que o Sr. Ministro disporá de trinta minutos para exposição sobre o tema, após o que se abrirá o debate pela ordem de inscrição. A lista já se encontra com a Presidência, com a Mesa. Cada interpellante disporá de cinco minutos para pergunta e igual tempo para resposta. Espero e solicito desde já aos Srs. Senadores que se atenham ao tempo regimental para que possamos tirar o melhor proveito possível da reunião e da presença do Ministro.

Sem mais delongas, feitos os esclarecimentos iniciais, quero passar a palavra ao Ministro Sérgio Motta para a sua exposição. Conta V. Ex^a com o tempo de trinta minutos.

Com a palavra o Sr. Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade deste convite, de poder comparecer ao Senado Federal para discutir uma matéria que eu diria de extrema importância hoje para o Brasil, que é a reestruturação de todo o setor de comunicações, incluindo o setor de Telecomunicações e Correios e Telégrafos do Brasil.

Entendo que a matéria é extremamente importante. E este Governo entende que, hoje, todo o processo de nova organização econômica mundial e de novo desenvolvimento mundial passa pelo controle e o desenvolvimento do setor de telecomunicações. Eu diria até mais: que hoje, na realidade, todo o processo de nova organização de capital e trabalho no mundo passa pelo controle da informação, pelo controle do conhecimento e passa necessariamente por um setor de telecomunicações extremamente avançado.

Então, fico extremamente agradecido à Comissão, através do Presidente, Senador José Agripino Maia, e a todos os membros da Comissão, pela presença, até porque dentro desse cenário eu entendo que começamos agora um longo processo de debate de reorganização do setor de comunicações no Brasil e que passa necessariamente por um longo debate do Executivo com o Congresso Nacional. Esse debate o Congresso já enfrentou quando da flexibilização da emenda constitucional e agora vamos ter que enfrentar em nível de detalhe.

Bem, então eu queria primeiro definir um pouco o cenário no qual nós entendemos que vamos ter que enfrentar esse trabalho. Na realidade, como já citei, o Governo entende que o setor de Telecomunicações e o de Comunicações em geral é fundamental para que o País se situe no primeiro patamar entre as nações mais desenvolvidas do mundo. Porque nós assistimos no mundo a uma verdadeira revolução, como foi a Revolução Industrial, onde verificamos, como já disse, novas formas de organização capital/trabalho.

Discutir hoje o desenvolvimento de Telecomunicações no mundo é discutir poder. Não é à toa que o G-7, o grupo dos sete maiores países do mundo, já vêm sistematicamente se reunindo. E no caso dos Estados Unidos, inclusive, quem está comandando esse processo, devido a sua importância, é o vice-Presidente Al Gore. Já houve

diversas reuniões, a última delas há cerca de três ou quatro meses, na qual discutiram a organização de um mercado comum e unificado de telecomunicações.

Este é um processo de debates do qual o Brasil não pode ficar à parte, até porque nosso País tem importância geográfica privilegiada, quer dizer, temos uma planta de telecomunicações extremamente grande, extremamente importante na área dos sistemas de comunicação via satélites ou via cabos de fibras óticas.

Sempre insisto que temos um sistema de cabos de fibras óticas terrestre. Acabamos de inaugurar Rio/Minas, vamos inaugurar São Paulo/Minas e, até o final do ano que vem, vamos inaugurar Rio/Fortaleza. Estamos lançando outros cabos internos de fibras óticas, estabelecendo um sistema de cabos de fibras óticas extremamente complexo. Temos uma ligação com a Europa via Columbus; dos Estados Unidos com a Europa, via América. Quando estivemos agora em Portugal, lançamos as bases para o Cabo Cabral, que é o novo cabo de fibra ótica, ligando o Brasil com Portugal, estabelecendo um anel ótico do Atlântico Sul. Temos a pretensão de ir ao Pacífico através de um cabo submarino que pode ser lançado ligando-nos com o Oceano Índico.

Ou seja, os sistemas lançados da Embratel configuravam um sistema de satélites privilegiado, hoje um pouco atrasado, mas que vamos recuperar. Vou citar isso mais na frente. Deveremos lançar o Brasilsat III na sexta-feira próxima. Tudo isso mostra que o Brasil tem uma posição de liderança no setor de telecomunicações mundial. Ele é líder de um sistema de telecomunicações. Isso não é uma posição xenófoba, é um fato real. Além disso, temos uma posição geográfica privilegiada.

Todos os senhores sabem que o Mercosul se comunica com o resto do mundo via Unisul, que é um cabo terrestre que passa pelo Brasil. O Chile se comunica com o resto do mundo pelo Brasil. Ou seja, todo um sistema de telecomunicações do qual o Brasil é líder passa também a fluir um sistema da América do Sul quase todo pelo Brasil.

Isso dá ao nosso País, portanto, uma posição-chave no setor de telecomunicações mundial e ele tem que ocupar esse papel. Essa discussão está-se dando agora. Como eu citei, a discussão está-se dando no âmbito dos sete maiores países do mundo.

Por esse motivo que o Governo, com a extrema colaboração do Congresso Nacional, quando da discussão da emenda constitucional, dá prioridade absoluta e total ao Brasil para investir brutalmente no setor de telecomunicações, a fim de que não percamos de novo o bonde da história. O país que dominar o setor de telecomunicações - pois hoje temos novas formas de organização do trabalho, do lazer, que já começam a se estabelecer no mundo - e o país que não participar desse processo e não tiver uma posição de liderança poderá ficar para trás.

Digo isso com uma responsabilidade histórica da nossa geração, pois podemos estar discutindo o fato de o Brasil ter de novo, numa correlação de forças mundial, uma posição secundária como sempre teve ou conseguir ascender para uma posição de participação num grupo de lideranças, exercendo um papel histórico, para o qual, eu acho, está determinado a exercer, dependendo apenas de que criemos as condições para isso.

O cenário da planta de telecomunicações do Brasil - temos, aqui, diversas pessoas que conhecem bem o setor, inclusive senadores que já foram presidentes de empresas de telecomunicações - é uma planta que indiscutivelmente, sempre digo,... Sempre valorizo o trabalho feito na época do regime militar no setor de telecomunicações. Houve um brutal investimento na criação do sistema Telebrás da Embratel e na criação de uma planta de telecomunicações, que é uma das maiores plantas mundiais e que é extremamente complexa.

Acontece, entretanto, que essa planta sofreu uma inadequação do tempo. Hoje, temos uma planta que, em termos de telefonia convencional, atende muito pouco a

população. Temos uma planta com índice de desenvolvimento tecnológico medido por índice que se chama "digitalização da rede" e que, no Brasil, é de cerca de 32%, quando no Chile é 100% e, no México, 70%. Tudo isso revelando o atraso tecnológico da planta. Sempre digo que temos uma falácia social da planta.

Hoje, 80% dos terminais públicos estão em famílias com classe de renda acima de US\$ 2 mil por mês, nas classes A e B e acima de US\$ 3 mil por mês. Se incluirmos a classe C, acima de US\$ 1 mil por mês, dentro do critério do IBGE, teremos 97% dos terminais de telefones, o que revela claramente que é uma falácia social de que a renda é democratizada. Temos só 2% de atendimento de propriedades rurais. Temos, então, uma estrutura de planta extremamente inadequada para as necessidades do País hoje.

É importante entendermos isto: a nossa realidade é muito diferente da de outros países que estão passando também pelo mesmo processo de criar um novo mercado de telecomunicações estabelecendo um mercado de livre competição.

Se pegarmos a Europa, por exemplo, veremos que, através do protocolo verde, ela está programando lentamente, criteriosamente, a abertura do mercado. Mas é um mercado, se pegarmos a França ou a Alemanha, cujas demandas mínimas estão plenamente atendidas; lá, o problema, agora, é de sofisticação de atendimento. Se pegarmos a Inglaterra, a Austrália, eu diria mesmo a Nova Zelândia, são realidades diferentes da América do Sul. Aqui, temos uma planta em que queremos estabelecer o mercado de livre competição, que ainda tem demandas que eu diria, primárias, não atendidas, tanto a nível de telefonia convencional - se não compreender que é um cenário diferente - então, é diferente o procedimento que temos que ter para estabelecer o mercado de livre competição do que teve na Inglaterra, do que está tendo na França.

É óbvio que, hoje, as preocupações que temos que ter com as programações de investimentos a serem feitos na expansão do sistema de telecomunicações são diferentes desses países.

Por outro lado, também precisamos entender - essa é uma discussão que está nos jornais de hoje - que este Governo tem um compromisso inarredável e definitivo com o processo de privatização. Entretanto, privatizar bens e serviços, tipo CSN, Petroquímica é uma coisa, porque se faz todo um processo e passa-se o controle dessas empresas para um grupo privado e pronto. O País tem que abandonar o Estado brasileiro na participação em bens e serviços. Isto é papel fundamental deste Governo: fazer o que chamo a desprivatização do Estado brasileiro. Ele é extremamente privatizado, ao contrário do que dizem, é um Estado privatizado porque se meteu em tudo e, muitas vezes, até para dar cobertura à organização do capital. Essa é uma verdade.

Então, temos que desprivatizar. O nosso objetivo, na realidade, sempre repito, é estatizar o Governo, para fazer políticas públicas e criar um Estado regulador. Este é o objetivo de todos nós: a perspectiva deste Governo social-democrata é criar um Estado regulador. Mas a que isso leva?

Quando discutimos a área de energia mesmo e de telecomunicações, não estamos tratando de um processo tradicional de privatização, mas de um setor que passa pela concessão de serviços públicos, ou seja, o bem natural, seja na área energética, recursos hidráulico, seja na área de telecomunicações, os meios de transmissão; eles, na realidade, continuam de posse da União. Sempre digo que é um equívoco achar que se quebrou o monopólio; não se quebrou, flexibilizou-se. E isso não é semântica, porque o bem natural, seja na área de petróleo, seja na área dos sistemas de telecomunicações, de todo espectro de rádio freqüência, seja na área de elétrica, dos recursos hidráulicos continuam de posse da União.

Então, a União é que agora está liberada para dispor da exploração desses serviços públicos através de concessão. Isso é algo a que o Brasil não está acostumado. Precisamos criar uma cultura regulatória, que o Brasil não tem. Nós temos, parcialmente, uma cultura na área de rádio-difusão. Mas esta área foi formada uma pouco na galega, à luz da demanda do mercado; o que, aliás, estamos precisando agora dar uma estruturada e uma organizada.

O grande desafio que temos hoje na área de concessão é estabelecer uma cultura regulatória. Todo país que abriu o mercado para a livre competição no setor de telecomunicações e não regulou detalhada, criteriosamente. Arrebentou-se.

Vamos pegar a planta de telecomunicações. Não é uma coisa simples. Se privatizamos determinada região e uma outra, como elas vão interconectar-se. Qual é o modelo de distribuição de tarifas, é um sistema integrado? Fala-se, às vezes, como se fosse uma coisa que se tira da gaveta. Como vai ser... diversas pessoas aqui... há Senadores aqui que já foram Presidentes de TELEBRÁS, de TELES., portanto, sabem a confusão... Hoje, ainda é um sistema unificado TELEBRÁS, e é complicado. Quando queremos mudar o sistema tarifário de distribuição de tráfego, às vezes entre EMBRATEL e as TELES, já dá uma confusão.

Então, é preciso fazer-se um trabalho detalhado de interconexão de redes. Como vão ser as interconexões das áreas de telefonia celular? Vamos abrir 40 áreas geográficas no País para exploração privada? Qual o critério que vai existir? Então, temos de ter um rigoroso critério, que envolve uma lei geral de telecomunicações, que envolve um regulamento detalhado; depois, envolve o estabelecimento de um órgão regulador, envolve o estabelecimento de um modelo tarifário, de um modelo de interconexão de rede, que é esse, o de como operar um sistema complexo, em que vamos ter N agentes, daí privados. Precisa haver uma rigorosa legislação que regulamente essas relações. Qual vai ser o modelo de contrato de concessão? Não temos experiência. Em qualquer País, é um tijolo o modelo de concessão - parâmetros de obrigações, é uma espécie de contrato de gestão.

Trouxe aqui, para dizer: essa aqui é só a legislação do Peru; esta aqui é a dos Estados Unidos - é um item; esta é da Austrália. Na realidade, cada legislação hoje é detalhada e criteriosa. Então, quando venho defendendo - e reafirmo que isso vale para o setor elétrico e para todos os setores sob concessão, a preocupação é estabelecer um mercado de livre competição, através de uma rigorosa, criteriosa, cautelosa regulação, para que estabeleçamos um mercado através da exploração do serviço por concessão, em que o concedente é o Estado e o concessionário é a área privada. E tem que ficar claro que o Estado precisa estar instrumentado para fiscalizar de tal forma - sempre digo, para resumir, que a mão que concede é a mesma que cassa. Esta é a relação que tem que haver com o mercado. Senão, não temos condição. Hoje, as concessões que temos em área de radiodifusão são papéis. Não há nenhum contrato de obrigação.

Este é o grande investimento em que vamos entrar, e este é o desafio que acho que o Executivo e o Congresso Nacional têm de enfrentar nos próximos dias. Reafirmo que alguns países - a Inglaterra demorou 10 anos para montar o seu modelo. A Europa, através do Protocolo Verde, já vem há alguns anos, e agora fixou 98, que alguns países abriram a área de telefonia celular e comunicação de dados, e a telefonia convencional está programada para 1998. A Austrália está agora abrindo; está fundindo e está se programando para abrir o mercado de telefonia convencional. Geralmente, começa-se pela área de celular e comunicação de dados. Ou seja, todos os países têm um critério cauteloso. Nós tivemos alguns países na América Latina, prefiro não entrar em detalhes, que abriram sem regular e se arrebentaram,

esclarecimento, debates e discussões que se façam necessários no decorrer desse processo que se inicia hoje aqui, no Senado.

Gostaríamos muito de debater com o Congresso cada passo, independente de serem leis, normas ou decretos, porque estamos hoje traçando um novo desenho para um setor extremamente vital para o progresso. Trouxe aqui o Sr. Fernando Xavier Vieira, que é o Secretário-Executivo, que está totalmente à disposição dos Srs. Senadores; o Sr. Prata, que é o Chefe da Assessoria Especial - um grupo que trabalha diretamente assessorando o Ministro - ; o Sr. Renato Guerreiro, que é o Secretário de Comunicações, que trata de todos os assuntos referentes ao regulamento, a todas as normas; o Professor Cherad(?), responsável pela parte de controle espectro-rádio-elétrico; o Sr. Bedran, que é Chefe da Consultoria Jurídica; o Sr. Gouveia, que é o Secretário de Outorga e Fiscalização, que também está à disposição dos Srs. Parlamentares e outros, como o Sr. Zili (?), que coordena a equipe que está trabalhando nesse novo modelo institucional. Trouxe-os e quero dizer que eles estão à total disposição para todo tipo de debate.

O primeiro trabalho - esse regulamento - do novo código de concorrência, que, na realidade, cria um novo critério, que pluraliza o mercado, abre a oferta, torna concorrencial e, na máxima medida possível, independente. Além disso, fizemos uma nova proposta, que também está aqui e a estamos encaminhando ao Presidente, do novo espectro radioelétrico do País. O que é isso?

Na realidade, o Brasil tinha um conjunto de freqüências disponíveis para oferecer a todo o País. Pessoalmente acredito que faz parte da democratização do mercado de qualquer País moderno ampliar a oferta de freqüência. Essa é uma forma de pluralizar.

Então, através de técnicas de digitalização e outras, a equipe do Dr. Cherad(?) fez um trabalho extremamente inovador e tem que ser levado com cautela, gradualmente, para que possamos atingir uma nova proposta.

Temos hoje cerca de trinta milhões de freqüências. Com essa proposta, que também é matéria de um decreto presidencial, que trouxe para debatemos, pretende-se passar de trinta milhões para cento e oitenta milhões de freqüências. O que isso permite?

Por exemplo, no caso de rádio AM - atualmente temos somente esse tipo de rádio em cerca de mil e seiscentos municípios do Brasil, o que é muito pouco - esse aumento de freqüências permitirá que cheguemos a ter uma média de duas rádios por município, o que também democratiza a oferta de freqüências no País. Isso vale também para FM, para RTV, pois amplia a oferta.

Depois de discutido esse assunto e aprovado pelo Congresso Nacional, pretendemos no mês de outubro lançar "n" concorrências no Brasil, pois há uma demanda reprimida grande - a própria indústria da área está ressentida - para atender todas as demandas nas áreas seja de radiodifusão, TV a cabo, MVS e daí por diante.

Além disso, o Congresso Nacional aprovou a Lei de TV a cabo. Como foi uma lei extremamente polêmica e muito discutida pelo Congresso Nacional em conjunto com diversas entidades, achamos oportuno fazer o regulamento da TV a cabo. No regulamento, na realidade, tivemos que avançar muito mais em relação à própria lei no detalhamento e no esclarecimento da matéria. Trouxemos para a consideração da Comissão o regulamento de TV a cabo que, em conjunto com outros documentos, permitirá abrir a oferta ampla, pública, através de editais de concorrência para serviço dessa área.

Além desses trabalhos que compõem a reestruturação de todo o setor de telecomunicações, temos que fazer a proposta do mesmo modelo tarifário. O mesmo modelo tarifário está pronto e vamos começar a discuti-lo. Ele, na realidade, não corresponde a aumento de tarifa. O que existe no Brasil é o esquema de subsídios cruzados. Ou seja, os

serviços não são prestados e cobrados de acordo com o seu custo real. Por exemplo, a telefonia interurbana é caríssima, assim como a telefonia internacional. A telefonia interurbana não tem um preço correspondente, enquanto isso a assinatura domiciliar é extremamente baixa - 0.40. Para se ter uma idéia, temos milhares de telefones presos nas "teles" que os usuários não instalam e que passaram a ser um produto de investimento porque ele tinha um preço de mercado muito grande e um custo operacional de assinatura de 0.40 por mês, sem impostos.

Na realidade, estamos privilegiando a classe média em relação à população, pois esta tem que usar telefone público e pagar fichas cujo preço cobrado é muito além do fixado oficialmente. Esse trabalho de reestruturação tarifária é de estabelecer o real custo dos serviços, para que cada serviço tenha preço adequado. Está começando a discussão desse modelo tarifário cuja proposta já está feita.

Além disso, estabelecemos uma política de satélites. Como já disse, a política de satélites no Brasil foi ousada no começo. O sistema nacional de satélites tem atualmente uma disponibilidade. Queremos, por exemplo, nessa política, estabelecer que satélites estrangeiros que queiram operar no Brasil, poderão operar se forem homologados e tiverem um contrato com uma empresa nacional que tem um serviço de concessão como um serviço de TV por assinatura. Mas, queremos reciprocidade.

Temos condições - pode parecer um pouco de pretensão - de vender Banda C nos Estados Unidos ou na Argentina a receptividade com **now well** (?). Então, nessa área de satélites, que é extremamente delicada, preparamos uma proposta geral que está em discussão final. E satélite, por ser meio, sempre foi regulamentado através de normas, porque ele não é nem serviço público nem serviço privado. Ele é um meio. Então, nunca houve uma norma. Esse documento propõe estabelecer uma diretriz, e isso deverá ser uma postura de política de governo. A essência da política de satélite resume-se no seguinte: todo sistema de satélite tem que ser necessariamente público, não necessariamente do Estado, podendo ter participação privada. Ou seja, a idéia é abrir o mercado de satélites e garantir o papel público através de um rigoroso licenciamento a ser feito ao se dar o satélite. Isso vale para o geoestacionário, que são esses grandes sistemas como o Brasilsat e outros. E temos os de baixa e média órbita, sistemas que estão sendo lançados agora no mundo, especialmente para sistemas móveis. Nessa área de satélites, o senhor sabe, nós temos o mundo. Vamos ter um encontro mundial de telecomunicações, em outubro, em que se esperam grandes inovações. Essa é outra coisa para a qual precisamos estar com a legislação preparada. Vamos ter satélites operando em banda K1 de transmissão no Brasil, que vai permitir a captação a nível de cada residência. E hoje nem é com uma antena de 50 centímetros. Já existem pesquisas em laboratório de antenas que vão se colar na parede externa de uma casa. Isso demonstra a dificuldade que nós vamos ter para controlar esses sistemas de transmissão. O critério nacional na área de telecomunicações de fronteiras perdeu-se. Precisamos garantir esse controle nacional por outros mecanismos de legislação. Sou daqueles que acham que daqui a dois ou três anos mesmo a telefonia convencional cabeada deve ser superada. Nós já temos celular de ponto fixo. A gente até brinca dizendo que tudo que é aéreo vai ser enterrado, que são os sistemas de cabo de fibras ópticas. Por cabo de fibra ótica, esse que passa TV a cabo - alguns passam mil canais -, podemos fazer TV a cabo, dados, imagem, telefonia convencional. A tendência no mundo vai ser essa. Por isso precisamos dar uma ordenação no mercado de TV a cabo, porque o papel do cabo será outro. Quem tiver uma instalação de cabo poderá vender serviços para outros concessionários que têm concessão de telefonia convencional ou outras. Nessa área de satélite há um profundo desenvolvimento. Nós brincamos que não dá nem para fazer estudo de mercado, porque quanto mais amplia a oferta a demanda aumenta. O Brasil precisa investir nessa área. Dentro dessa política de que tudo é público, não necessariamente estatal, devemos

liberar o Brasilsat III para a Embratel. O Presidente da República está para liberar. Sexta-feira, a Embratel faz 30 anos de existência. Isso já estava previsto no contrato da série Brasilsat. Aprovada essa diretriz da política de satélite e a norma que vai detalhar o licenciamento, isso nos permitirá fazer editais públicos para sistemas privados de satélites que se submetam a esse licenciamento. Além dessa política de satélited - vou acelerar um pouco mais - nós fizemos também uma política de comunicações para o setor de telecomunicações até o ano 2003. Esse foi um trabalho aprofundado, de cujo debate participaram todas as empresas do sistema Telebrás, da Embratel, recuperando inclusive o critério de homogeneizar o setor. Uma das coisas de que mais me orgulho é ter recuperado esse critério de unificar o trabalho, de o setor trabalhar de forma homogeneizada. Nós estabelecemos uma proposta detalhada de política para cada área (telefonia convencional, celular), que configurou uma proposta até o ano 2003, detalhada para os próximos quatro anos, a nível de projeto e que configura uma proposta que chega a uma programação de investimentos, até o ano de 2003, de 74 bilhões de reais, dos quais 34 bilhões de reais são para os próximos quatro anos. Essa política está consubstanciada nesse documento chamado PAST - Programa de Ampliação e Recuperação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal. Eu até me colocaria à disposição, Sr. Presidente, se for do interesse da Comissão, para trazer toda a equipe e fazermos uma exposição só sobre a política de investimentos até o ano 2003, que, aliás, já sustentou o plano anual. O plano anual, no setor de telecomunicações, aqueles 34 são 37 porque já inclui a CRT, que, no fundo, pertence ao Governo do Rio Grande do Sul, já está sustentado em cada projeto; aquele número de que eu falava antes não era invenção.

Por outro lado, a origem dos recursos é pública ou privada; esse é o projeto do Setor de Telecomunicações do Sistema Postal no Brasil, mas gradativamente o mix da composição da fonte de recursos, que no começo ainda era predominantemente público, vai-se tornando privado.

Por exemplo, estamos investindo neste ano R\$4 bilhões no setor de telecomunicações no Brasil, dos quais R\$700 milhões no Nordeste. No ano que vem, estaremos investindo R\$7 bilhões, já tudo garantido, dando R\$11 bilhões de investimentos, dos quais R\$1,1 bilhão no Nordeste, caracterizando um programa que está detalhado a nível de projeto.

Gradativamente - vou citar agora a seguir - vamos abrir telefone celular para a iniciativa privada, e o mix da fonte de recursos vai-se tornando gradativamente privado, em relação ao público. É um projeto de R\$74 bilhões, transforma o Brasil no maior mercado de telecomunicações no mundo. Não é à toa que tenho na minha mesa convites para ir ao mundo inteiro, para ter contatos com todo o tipo de lobbies, de empresas, institutos, empresários, porque há grande interesse de investimentos nessa área de telecomunicações.

Aqui também estarei à disposição, porque penso que seria uma audição muito interessante. Está tudo em computador, dá para passar um vídeo, trata-se de uma coisa muito interessante para se discutir essa proposta. Então, quanto a todo esse conjunto de iniciativas expressas nesses documentos, quero reafirmar que eu e a equipe estamos à disposição para debater na hora em que for necessário.

Todo esse conjunto de propostas comprehende o que chamo de organização do setor de telecomunicações; eu diria que, juntamente com o Poder Executivo e o Congresso Nacional, estamos traçando, agora, o novo cenário do que vai ser o País no futuro. Estamos traçando o país do próximo milênio, que não está tão distante assim. Sempre digo: hoje, o que era ficção científica para a nossa geração não o é mais; é realidade.

A aprovação da emenda constitucional pelo Congresso Nacional, que permite que os serviços públicos de telecomunicações também sejam explorados por capitais privados,

por intermédio de concessões, permite que construamos um novo modelo institucional; por isso, além desse trabalho de reestruturação, estamos trabalhando na construção do novo modelo institucional do setor.

Nessa área, estamos trabalhando em duas linhas, que eu gostaria de deixar claras; como eu disse no começo, estamos trabalhando com extremo critério e rigor; temos uma equipe, um grupo executivo trabalhando nessa área, temos inclusive um comitê de direção, que congrega todos os técnicos do Ministério, para promover os debates; fizemos, inclusive, um contrato com a UIT - União Internacional de Telecomunicações -, por meio do qual estamos mobilizando as melhores consultoras mundiais, para usufruir das experiências do outro mundo. Uma das consultoras que está trabalhando participou do trabalho de reorganização na Inglaterra, na British Telecom, estamos captando tudo isso por intermédio da UIT. Estamos com um trabalho cauteloso.

Nesse sentido, trabalhamos em duas linhas: o objetivo da primeira linha é acelerar toda a área de telefonia celular, comunicação de dados, acesso a satélites e serviços de valor adicionado em geral.

O que poderia ser chamado de serviços restritos em geral de telecomunicações? Esta é uma área de mais fácil regulamentação; por exemplo, tomemos o exemplo da telefonia celular, que é o mais flagrante, apesar de que comunicação de dados, essas redes corporativas têm um mercado brutal; eu diria hoje que o grande interesse do capital privado inicialmente é nessa área, porque são rápido investimento, rápida melhoria de serviço e também dão rentabilidade bastante adequada.

Então, a intenção é acelerar os investimentos nessas áreas, porque são de fácil regulamentação; é nossa intenção, até o final de outubro, encaminhar o conjunto de regras e normas para acelerar os investimentos nessas áreas, que envolve definir a divisão geográfica do Brasil, por exemplo, esse serviço de telefonia celular, que envolve definir todos os modelos de contrato, de editais de concorrências, todos esses procedimentos.

Paralelamente a isso, iremos trabalhar na montagem do sistema do novo modelo. O novo modelo tem diversos passos: primeiro, é a Lei Geral de Telecomunicações, que substituirá, para os serviços públicos de telecomunicações, excluindo radiodifusão, todo o Código de Telecomunicações brasileiro antigo, todas as leis e decretos que versavam sobre telecomunicações. Essa lei tem que ser extremamente criteriosa.

Essa lei deverá ser objeto de um profundo debate no Congresso Nacional. Aprovada a lei, teremos condições de começar a fazer sua regulamentação. Terá que ser implantado um órgão regulador, que deve ter certa independência de gestão financeira e profissional. Esse órgão fará todo o trabalho de concessão e de fiscalização. O Ministério, provavelmente, ficará com as grandes políticas de telecomunicações e terá um certo controle sobre ele; mas o órgão terá que ser amplo, com participação da sociedade. O processo de sua instalação é lento.

Além disso, iremos discutir o modelo tarifário novo para o País. Vamos implementar os modelos de contrato de concessão e os modelos de editais de concorrências públicas.

Esse conjunto de iniciativas da Lei Geral de Telecomunicações será encaminhado em outubro, para ser debatido no Congresso Nacional. A aprovação dessa lei dará a regra geral para todo o jogo. Volto a repetir que os países que não adotaram regras claras arrebataram-se, porque hoje não têm como se ordenar.

Mal comparando, não podemos deixar que ocorram com os serviços públicos de telecomunicações o que aconteceu com a radiodifusão: a legislação foi sendo montada um pouco de acordo com a necessidade do mercado, quando as coisas foram surgindo. Na

12/09/95

realidade, a partir da aprovação dessa lei, teremos condições de promover o trabalho de reorganização das empresas de telecomunicações estaduais.

A primeira intenção em discussão é trazer uma proposta de reorganizar as áreas de concessão; temos hoje 27 "Teles"; há "Teles" que operam com menos de 25 mil terminais, que não têm viabilidade. A intenção é reorganizar a concessão. Não é problema de juntar empresas. A questão é que as áreas de concessão têm que ter viabilidade econômica. Por exemplo, não podemos dar área de concessão que inclua São Paulo e Amazonas, que é uma área de viabilidade econômica. Deve-se equilibrar as áreas de concessão, inclusive com o comprometimento dos concessionários, nos contratos de concessão, com um programa de investimentos detalhado; que ao menos eles se comprometam a investir em todas as áreas do País.

Feito esse trabalho de reestruturação das áreas de concessão, teremos que fazer um trabalho de reengenharia financeira, societária, para então preparar o cenário de privatização.

Os modelos de privatização nesta área que passa por concessão são dois: o modelo tradicional ou o modelo que pessoalmente me atrai muito, que é o de pulverização de ações no mercado; julgo esse modelo mais democrático. O problema do controle de uma concessão passa a ser jogo de mercado; não que se venda o controle a alguém. É óbvio que é preciso preservar o valor patrimonial das empresas. Estamos tratando de algo que vale, para mim, cerca de US\$40 bilhões, mas é preciso deixar claro que hoje a TELEBRÁS só tem cerca de 25% das ações.

Na realidade, se formos analisar, podemos dizer que o Sistema TELEBRÁS está razoavelmente, não diria privatizado, mas atomizado na sociedade. É que o controle de cerca de 50,1% das ações ordinárias é da TELEBRÁS, da União. Mas, no conjunto das ações, do ponto de vista patrimonial, 25% e o conjunto das ações ordinárias, 50,1%. É óbvio que, ao discutir o valor, ninguém dirá que é proporcional aos 25%. Então, há o problema do valor estratégico, do controle da empresa. Por isso é que tem que ser feito com muita cautela. Não podemos sair privatizando. Digo sempre que estamos tratando de patrimônio nacional.

Resumindo: isso está num documento de estratégia de construção do novo modelo institucional, que também inclui todos os pressupostos do novo modelo. Acredito que amanhã à tarde, quarta-feira, ou quinta-feira de manhã, vou encaminhar ao Presidente da Comissão - e também fiquei de encaminhar para a Comissão da Câmara - um documento de uma minuta que estabelece toda esta estratégia e os pressupostos básicos do novo modelo institucional. Também gostaria que fosse aberto um espaço para debate. Essa discussão irá instrumentar a proposta da lei geral que encaminharemos até fim de outubro.

Nessa parte do novo modelo institucional, acelerariam-se essas áreas que citei: de serviços restritos, de telefonia celular, comunicação de dados e outros, áreas de grande atração para investimentos privados, agregados também à telefonia por cabo, tudo isso.

Logo após, trabalhariamos numa discussão com o Congresso, através desses documentos que vou encaminhar agora, numa proposta que se trata da lei geral. Isso se dará até fim de outubro. Essa é uma lei geral que ampliamos para que seja uma lei geral das telecomunicações. Tentaremos discuti-la ainda neste semestre, para permitir que, no ano que vem, entremos no trabalho de regulamentação da lei e, aí sim, começemos a reestruturar todas as teles estaduais e as áreas de concessão.

Para terminar, esta - diria - é a estratégia global. Isso vai nos permitir - quero reafirmar que, primeiro com a aprovação, com a discussão daquele regulamento novo de concorrências, novo espectro rádio-elétrico e a regulamentação de TV por cabo - soltar n concorrências e editais públicos nos setores que vão de rádio AM à telefonia celular, passando

por TV por cabo e MMDS, o que já dá um trabalho de nova reestruturação no mercado, pela ampliação da oferta. Vamos implantar essa política de satélite. E, paralelamente a isso, encaminharemos para discussão com o Senado e a Câmara, para permitir que, até fim de outubro, tenhamos uma lei geral de telecomunicações, substitutiva de toda a legislação hoje existente para serviços públicos de telecomunicações. Num esforço com o Congresso Nacional, visaremos a sua aprovação ainda neste ano, preparando o ano que vem para entrarmos no detalhamento da regulamentação, do órgão regulador, do modelo de interconexão de rede, do modelo tarifário, dos modelos de pactos contratuais e, principalmente, do trabalho de reorganização das áreas de concessão, transformando-as em seis ou sete grandes áreas no Brasil, viáveis economicamente, para que possamos dar entrada num processo de privatização, cujo caráter será discutido.

Para terminar, gostaria de dizer que todo este procedimento será o mesmo a ser seguido, com adaptações na área elétrica. Mas não quero entrar neste assunto. Discuto muito com o Britto, porque temos problemas afins. Por exemplo, como se privatizará uma geradora num mesmo rio, onde há alguém, na parte de cima, que ganhou uma concessão e que, obviamente,segurará o fluxo das águas? Estou tentando colocar de forma bem simples. Diria: "Mas como é que agora soltaram essas para a área privada? São gerações independentes e autônomas. Há problemas sérios de se instalar, na área elétrica, um mecanismo de interconexão. Só que é mais simples para as telecomunicações. Pode-se ter um sistema de geração ou de distribuição fixos. Lá, haverá um linhão para fornecer a energia. No nosso caso, não. Como é que um grupo que ganha concessão de uma área vai se interconectar com outra? Como é que vai dividir tarifas? Ligo para Chiririca da Serra, quem é que cobra? Passará por todo o sistema. Há problemas seriíssimos a serem detalhados, sob o risco de nossa geração, o Governo, o Executivo e o Congresso serem cobrados, no futuro, por uma profunda desorganização do setor de telecomunicações. O que estamos fazendo em telecomunicações, terá que ser feito no setor elétrico; na área de petróleo; na área de lei de concessões; na área de água, saneamento com cautela. É a construção de um novo país.

Outro dia, em conversa com o Presidente da República, comentávamos que estamos construindo um novo país, com nova relação de produção, de trabalho, com concessões, com exploração de serviço pelo setor privado. Estamos construindo um Estado com compromissos novos perante a comunidade, porque no fundo, o compromisso final de todos esses programas é prestar serviços adequados ao cidadão. Tudo o que está sendo feito no Brasil visa melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Estamos hoje, na realidade - não nos iludamos -, construindo um novo país em termos de relações econômicas;. Haverá relações econômicas novas, relações de produção novas que, se não tiverem uma base formulada adequadamente, regulada com critérios de segurança, poderão lançar o País numa aventura.

O que estou dizendo em nenhum país do mundo é novidade. Se os Srs. tiverem a oportunidade de observar qualquer país, como a Inglaterra, Espanha, França, Portugal, Austrália, verão que todos têm a mesma cautela, mas também têm a preocupação de acelerar.

Sempre digo que fixar um critério rigoroso no estabelecimento de um mercado de livre competição no setor de telecomunicações não é atrasar o programa de participação do setor privado; é acelerar. Se for mal feito, provocará atraso.

Queremos que, ao ser iniciado o processo de telefonia celular, já exista regulamentação estabelecida para evitar problemas, para permitir a fiscalização dos compromissos do concessionário.

Era o que gostaria de apresentar.

Gostaria ainda de agradecer-lhes a gentileza de me ouvir e reafirmar que toda a minha equipe está à disposição do Congresso no Ministério ou aqui e atenderá a qualquer convocação feita por senadores que, individualmente, queiram discutir qualquer uma das propostas que estamos encaminhando. Ficarei devendo o documento relativo à estratégia global, mas vou encaminhá-lo até depois de amanhã à Comissão.

Estou à disposição também para discutir essa programação de investimentos até o ano 2003. Ela é extremamente interessante em virtude da riqueza técnica das propostas; ela é o País até 2003; é uma espécie de bíblia para o setor privado também.

Haverá um seminário nos dias 22 e 23, que congregará todo o sistema, todas as direções de teles, conselhos de administração, delegados de comunicações, diretores regionais de CT. Nessa oportunidade será discutido detalhadamente esse programa de investimentos, que, como disse, será a bíblia do sistema, tanto para os investimentos públicos como para os privados. Isso será levado para o mundo inteiro através de um hot show e será discutido nos grandes mercados internacionais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - A Presidência agradece as considerações preliminares do Sr. Ministro ao apresentar o cronograma de ações que o Ministério pretende desenvolver no sentido de promover a participação do capital privado nos diversos setores das telecomunicações.

A Presidência agradece também a entrega dos documentos para análise preliminar e a disposição do Ministro de debater, formal ou informalmente, com os membros da Comissão esses documentos que são de vital importância para o País, como V. Ex^a muito bem ressaltou. Para debater, inclusive, o modelo institucional e os investimentos propostos para 1995, 1996. Há valores citados de cinco bilhões de reais, de sete bilhões de reais e os investimentos até o ano de 2003.

Quero dizer ao Ministro Sérgio Motta que a Comissão de Infra-Estrutura, que tem a função precípua de avaliar projetos de lei que digam respeito à preparação da infra-estrutura do Brasil, se dispõe também a discutir formal e informalmente a evolução do País no que diz respeito à provisão de infra-estrutura.

Na Comissão estão presentes muitos senadores com formação técnica e que têm real, vivo e manifesto interesse pela questão técnica. De modo que a disposição de V. Ex^a coincide com a nossa intenção. Seguramente esses documentos que vão ser analisados por membros da Comissão serão objeto de discussão a título até de colaboração mútua entre a Comissão de Infra-Estrutura do Senado e o Ministério que S. Ex^a comanda.

A propósito da disposição do Ministro de debater também o plano de investimentos incluído no PPA, elaborado pelo Ministro José Serra, quero apresentar, ainda que extrapauta, pela pertinência do assunto, o requerimento do Senador Arlindo Porto que, na qualidade de membro da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, vem requerer a convocação do Sr. Ministro do Planejamento, José Serra, para prestar perante esta Comissão depoimento a respeito do Plano Plurianual de Investimentos - PPA. Ou seja, S. Ex^a deseja convocar o Ministro José Serra para debater, de forma mais ampla, o que o Ministro Sérgio Motta, de forma particularizada, se dispôs a vir debater. S. Ex^a o Senador Arlindo Porto deseja convocar o Ministro José Serra para debater o Plano Plurianual de investimentos como um todo, tendo em vista que já foi elaborado e já se encontra nesta Casa.

Em discussão o requerimento.(Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

Renovando, portanto, agradecimentos ao Ministro Sérgio Motta, vamos passar à lista de oradores. Pela ordem de inscrição e preferência, concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto, autor do requerimento de convocação do Ministro.

O SR. FREITAS NETO - Sr. Presidente desta Comissão, Senador José Agripino; Srs. Senadores; Sr. Ministro Sérgio Motta, tive a oportunidade, no gabinete do Ministro Sérgio Motta, de ouvir de S. Ex^a o que ele repetiu hoje aqui. Eu, que passei algum tempo trabalhando no setor como Presidente da Empresa de Telecomunicações do Piauí, a TELEPIASA, ouvi quando S. Ex^a ratificou agora, perante esta Comissão, que, na construção do novo modelo institucional no setor de telecomunicações como um todo, S. Ex^a vai ter cuidado, cautela, estudar detalhadamente com profundidade a regulamentação de todo o setor.

Foi exatamente o que ouvi do Ministro Sérgio Motta, há poucos dias, em seu gabinete, e que me levou inclusive a uma conversa com o Presidente José Agripino, que também tinha a intenção de trazer a esta Comissão esclarecimentos a respeito dessa nova etapa da vida brasileira, depois de as reformas da ordem econômica terem sido aprovadas no Senado. Então, isso ensejou o requerimento aprovado por unanimidade por esta Comissão.

Mesmo assim, gostaria ainda de fazer duas perguntas ao Ministro Sérgio Motta: como se pretende garantir, num processo de privatização das empresas de telecomunicações, as chamadas teles, o atendimento das regiões e dos municípios mais carentes do País? Como se evitará, dentro das preocupações com o retorno econômico que os novos concessionários certamente terão, que se dê prioridade às áreas mais ricas e aos serviços mais sofisticados, em detrimento dos municípios menores e das regiões mais pobres?

A minha colocação, Sr. Ministro, é em função de, muitas vezes, inclusive como Presidente e dentro da própria empresa, ter que discutir com a área técnica da mesma, quando resolvemos atender a uma região mais pobre, ainda dentro do próprio Estado do Piauí. Havia uma certa reação da própria equipe de uma empresa estatal, que naturalmente tinha a opção de levar os serviços da empresa aonde houvesse um retorno zelando pela saúde da empresa, um retorno mais rápido e mais garantido do investimento feito pela mesma.

Então, a minha primeira preocupação é essa, embora eu já tenha entendido o que V. Ex^a explicou muito bem, de maneira muito clara, aqui, nesta Comissão.

E o segundo questionamento é com relação à regionalização das empresas, naturalmente para definir os mercados mais propícios para a privatização. Nesse caso, como se resguardarão os interesses dos Estados que virem retirados de seu território a sede da empresa e, portanto, o seu poder decisório. Lembramos, a propósito, que a simples transferência da sede de órgãos regionais para determinados centros, mesmo os próximos, acabou por levar que se ignorasse os Estados inteiros.

Lá, no Piauí, somos vítimas. O meu prezado amigo Sérgio Machado é do Ceará. Mas lá fica, por exemplo, a sede do Banco do Nordeste do Brasil. Enquanto se aplicam 26% do Fundo Constitucional, do FNE, no Ceará, aplicam-se 6% no Piauí; 5%, no Rio Grande do Norte e 3% em Sergipe, como é o caso do BASA. Também o DNOCS tem ação realmente muito eficiente no Ceará e, ao longo de 80 anos, acumulou 1% da água que acumulou no Nordeste em meu Estado.

Portanto, exatamente por ter sido Governador do Piauí, Prefeito da Capital e representante do Estado é que essas questões, embora com todo esse cuidado que V. Ex^a manifestou em ter um Estado regulador e pensando em todos esses problemas, também, por exemplo, no problema do tarifário, eu gostaria de, neste instante, manifestar essa questão, exatamente para que não se aprofunde mais ainda as desigualdades regionais; que esse modelo não vá carregar mais investimentos para as regiões mais ricas e deixando a região mais pobre em esquecimento. Embora eu saiba que V. Ex^a poderia dizer que, na época do Estado

intervencionista, aumentou-se mais ainda essa diferença entre as regiões mais pobres e as mais ricas.

Era essa a manifestação que eu queria fazer, agradecendo a atenção de V. Ex^a com o autor do Requerimento, atendendo, rapidamente, à convocação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Eu queria agradecer as suas palavras e ver como o Senador levantou um problema que me parece grave. Porque, na realidade, eu, primeiro, fiz aquela colocação inicial para dizer que não vamos nos iludir. Nós temos uma planta desenvolvida tecnologicamente, algumas áreas, que têm zonas de excelências, mas que ainda estão extremamente precárias. Então, é um cenário um pouco diferente, inclusive de alguns países. Eu, então, acho que a grande preocupação ao se reestudar as áreas de concessão é, justamente, equilibrá-las, porque ainda hoje elas não estão equilibradas. Este é o grande problema. Por exemplo: na realidade, devem-se criar áreas equilibradas que tenham viabilidade econômica de concessão, sobretudo, com as áreas do Estado. Nós vamos fugir desse negócio de Estado. E essas áreas, nos contratos de concessão com empresas que vierem a ser privadas, mesmo que elas sejam públicas, terão contratos de trâmites extremamente rígidos, com parâmetros de investimento. Eu não vejo outra fórmula. Eu acho que nos contratos de concessão que, aliás, são alguns modelos que nós estamos seguindo, estabelecem não só os parâmetros técnicos, como os programas de investimentos mínimos. Porque, caso contrário, cassa-se a concessão, não há outro jeito. O senhor tem razão, porque há briga até interna. Então, é por isto, também, que o senhor não pode dar uma área de concessão que não seja viável. Muitos me perguntam assim: quando o Deputado Roberto Campos fala uma coisa, por exemplo, e depois faz outra. Por que não se pega o que vem de cada empresa? Porque se for dar à Roraima - não é que faço críticas à Roraima, - um não vai comprar e não vai investir. É um crime contra a Federação. Nós, então, temos é que criar - pegar Roraima e Amapá com Minas Gerais. Não é necessário que a área de concessão seja contígua. Nisto eu concordo com o senhor - até porque, outro dia, eu fui a uma reunião dos Governadores da Amazônia, e eu estava brincando porque se falava em estradas de rodagem e eu falei: Não é que eu queira dar uma de chato, mas eu acho que os Estados de grande extensão territorial, tipo Norte, a integração se dará por estradas de informação. Há o programa de tele-educação à distância, saúde, etc., tudo se dará por sistemas de comunicação e tem saída. Eu acho que o avanço das telecomunicações é fundamental para países como o Brasil. E o senhor tem razão. Acredito que só se resolve na penalidade, porque no contrato de concessão não há jeito. É por isto que o Estado tem que ter poder e o órgão veiculador tem que ser um órgão com independência para ir lá e cassar, punir. Não tem jeito. No mundo inteiro é assim.

O segundo ponto que o senhor se refere, nós vamos fugir da área de conselho - no negócio de federação. Pode até pegar pedaços de Estados. Na realidade, é a área de concessão. Eu, agora, comecei a usar muito - área de concessão - porque nós vamos discutir isto com o Congresso porque nós não vamos: a preocupação nossa não é fundir empresa porque, dai, se cria esse problema que, aliás, já se tentou e deu confusão. Aliás, tem uma lei do Congresso, em vigor, autorizando: até 8. Não é por aí. É área de concessão para não pegar pedaço de Roraima. E essas áreas serão concedidas a empresas públicas ou privadas, num processo de privatização, que terão compromissos. Então, uma empresa que tiver compromissos de concessão, Senador, não vai se preocupar, ela vai querer investir em todos Estados - ela vai ter um compromisso. Então, eu acho que foge. Na hora em que isto, num modelo lá na frente, num cenário em que teremos todo esse sistema legislado por um órgão, por um Ministério, a EMBRATEL e as Teles - todas - reorganizadas nesse critério, o senhor

12/09/95

vai ter que ter interesses, aí, de rentabilidade. A empresa precisa dar lucro. Então, ninguém precisa se preocupar muito se é ou não nordestino pois os cearenses são pouco gulosos - eu sei porque eu convivo muito com cearenses. Mas, sem querer sair da minha seara, eu acho que o problema do Norte e Nordeste - eu vou dizer isto porque é possível para o Presidente da República - o Sérgio sabe disto e vai levar isto para frente - não se resolve com critérios de criar incentivos, órgãos regionais, porque eu acho que passa a ser uma política quase complementar e assistencialista. O compromisso de se acabar com o desenvolvimento regional deve ser um compromisso do País e do Governo. E é um compromisso de política do Governo que deveria ter esse compromisso e deveria ter pesados investimentos em infra-estrutura. Ninguém aguenta mais estudar problema hídrico. Eu sou engenheiro, eu participei daquele negócio do Vale do Gurguéia, - minha empresa participou. Estudaram tudo - problema hídrico, ninguém tem dúvidas; problema de infra-estrutura energética, ninguém tem dúvidas - o senhor sabe disto, o senhor foi Governador. Ninguém aguenta mais discutir - o linhão, linha Tucuruí... Todas as soluções estão no papel, quer dizer: é preciso que se acabe com essa visão tecnocrata porque precisa ter uma decisão de Governo, e o Presidente da República encorajou isso. Acho que vamos ter novidades nos próximos meses, muito interessantes, em que o Governo Federal assuma o compromisso de acabar com o desenvolvimento regional. Isso resolve para o investimento, o resto é papo furado, é investir em infra-estrutura, em energia e na estrutura. Isso vale para as telecomunicações, por isso tive o prazer de dizer que a área de telecomunicações já está investindo, entre esse ano e o próximo, quase R\$ 2 bilhões de reais no Nordeste. Eu falo no Nordeste porque não tenho o percentual do Norte de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Deseja réplica, nobre Senador Freitas Neto? (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Primeiro, não poderia deixar de fazer um registro, uma reclamação sobre a pauta desta Casa. Semana passada, tivemos aqui uma semana absolutamente inócuas e hoje temos, coincidentemente no mesmo horário, três audiências públicas. Eu teria interesse nas três, por isso me inscrevi primeiro. Vou fazer a pergunta e terei que me retirar, já que existe na CCJ uma audiência pública sobre a questão de Corumbiara. Como sou o único representante do meu partido nas duas Comissões, vou ter que me retirar.

Mas, Ministro, quando da discussão da emenda constitucional encaminhada pelo Executivo a esta Casa, aqueles que eram contrários à proposta levantavam alguns problemas que no nosso entendimento deveriam merecer uma atenção maior por parte dos Senadores. Dizem respeito à própria garantia da universalização do serviço, à garantia da defesa e competitividade da tecnologia nacional que foi acumulada durante os 30 anos, questões de tarifa, etc., etc..

Na ocasião, Senadores do PSDB me disseram o seguinte: "quando formos discutir a regulação da questão, vamos estar aliados nessas preocupações porque essas preocupações também são nossas e, possivelmente, outros setores não teriam essa mesma preocupação; então, temos certeza de que sairemos aliados".

Tenho algumas preocupações no sentido dos passos que já foram dados. Queria recapitular algumas preocupações e alguma ordem de seqüência que o Ministro colocou, no seguinte sentido: primeiro, precisamos discutir uma lei geral que seria, vamos dizer assim, a nova Constituição do que diz respeito ao sistema de telecomunicações no Brasil.

A partir daí, a regulamentação dessa lei, a criação de um órgão regulador, modelo tarifário, modelo de contrato de concessão e modelo de licitação. Ao mesmo tempo, a minha preocupação é que, em alguns setores, particularmente telefonia celular e os chamados

serviços de telecomunicações em base comercial, o Governo já avança, inclusive através de portaria, estabelecendo a regulamentação desses setores.

A argumentação foi de que esse é um setor de mais fácil regulamentação. Pergunto: não corremos o risco - antes até de se discutir essa lei geral, discutir esse órgão regulador - de iniciar a regulamentação de alguns setores e acabarmos naquele situação que o Ministro criticou, que foi a legislação de rádio-difusão, que foi montada de acordo com as necessidades? Quando chegássemos a estabelecer a discussão da lei geral, acabaríamos tendo que montar uma lei que seria uma espécie de bricolagem de diversos regulamentos e portarias que já existiriam e que não estão montadas; a não ser que o espírito global da legislação esteja na cabeça do Ministro, mas não estão montadas em função dessa legislação anterior. Quer dizer, seria como se um País começasse a criar leis ordinárias paralelamente à Constituição ou anteriormente à Constituição.

Se essa portaria que, inclusive, a meu ver ... embora a portaria diga que há prazo para sugestões, concretamente é uma portaria, e essas sugestões são sugestões que poderão ou não ser acatadas pelo Ministério.

Há algumas preocupações que eu levantaria, incluindo telefonia móvel celular juntamente com rádio-comunicação móvel que seria serviço público restrito, embora saibamos que a telefonia celular tem um caráter mais abrangente do que esses serviços. Caso contrário, seria uma inversão do "botar o carro adiante dos bois", na medida em que já não tendo ainda uma definição dessa lei geral, já avançamos em portaria nesse sentido.

O segundo ponto: já que o Ministro disse que a idéia é propor essa lei geral em outubro, já estamos em setembro, gostaria de saber se é possível que V. Ex^a adiante alguns pontos dessa lei geral que garantiriam aquelas preocupações que levantamos por ocasião da discussão da emenda do Governo e que eram ditas pelo Ministro e por próprios Senadores do PSDB que também eram preocupação do Ministro. Então, quais são os instrumentos dessa lei geral que vão garantir, por exemplo, a questão das tarifas, essa questão levantada pelo Senador Freitas Neto, a questão da garantia da tecnologia, etc?

A terceira e última pergunta diz respeito às teles. O Ministro falou, de maneira muito geral, sobre a questão da privatização. Eu quero saber o seguinte: as teles vão ou não ser privatizadas? Se não forem, quais são os elementos de mudança na legislação que garantiriam competitividade para elas, num novo cenário de competição? E em sendo privatizadas - o modelo e a velocidade - terão o modelo do PSDB ou do PFL?

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Agradeço o Senador pelas perguntas. Isso foi um equívoco de um jornal que fez a matéria. Em primeiro lugar, não é portaria, é um decreto. Segundo, ele não legisla sobre a forma do celular. Trata-se de um código de concorrência, é quase uma Lei 8.666 do setor de telecomunicações, nada tem nada a ver com a colocação celular. Ele estabelece critérios gerais de concorrências, porque não havia critérios. Como é que se dava uma concessão de AM, FM, ou televisão? Não havia, agora, há. Uma vez aprovado, vai haver edital público, que estabelece como a empresa se habilita. Os senhores poderão verificar que o edital é extremamente rigoroso, privilegia os profissionais, quem queira virar profissional do mercado, e não intermediários. Verão que há um critério de qualificação detalhado, critério detalhado de preços, estabelece grupos de serviço em níveis A, B e C, de acordo com níveis de complexidade.

Esse é um código de concorrência, nada tem a ver com colocação de telefonia celular. Não é uma portaria, é um decreto. Então, este decreto vai permitir que se passe a soltar editais de concorrência para os serviços de radiodifusão, especialmente. Os trabalhos de

telefonia celular, como os de comunicação de dados, acessoamento a satélites, serviço de valor adicionado, o que podemos chamar, conforme Pinheiro Gomes, serviços restritos, em geral, esses vão ser objeto, em outubro, junto com a lei geral. Nós vamos encaminhar todos os padrões, todos os critérios de procedimentos operacionais, quais propostas de áreas geográficas vamos abrir para telefonia celular, como se vão interconectar essas redes, como serão a proposta de editais e a proposta de contratos de concessão. Tudo isso vai estar incorporado, no que for necessário, à lei geral.

Eu não quero entrar na discussão porque acho que é inócuo discutir se pode-se ou não fazer, já, fazer telefonia celular. Eu acho que sim. Não sei se os senhores têm conhecimento de que arguição de constitucionalidade do Decreto nº 107, há anos no Supremo Tribunal, acabou de ir por terra, no placar de 9x2. Ele está liberado. Havia sobre a concorrência de telefonia celular de banda B uma ação popular, em São Paulo, argüindo a constitucionalidade, e foi cassada, e vão julgar, agora, no Supremo o MMDS.

Teoricamente, não vou entrar nessa discussão, porque considero-a inócuia. Tudo agora, até por orientação do Presidente, tem que ser longa e rigorosamente discutido com o Congresso Nacional. Nós queremos discutir tudo, seja norma, decreto ou lei. Não vamos fugir da discussão. Vai ser uma surpresa para as pessoas que gostam de discutir. Se o Governo é democrático, aberto e transparente, ele não tem medo de nada, está mexendo nos pontos mais polêmicos deste País. E ele não será Governo de fazer coisas na sombra, com golpezinhos. Isso, no Brasil, acabou. Não há mais clima, Deputado. Esta a visão de um novo país, de uma nova posição de oposição que estamos entusiasmados de ver no País.

Vai constar neste documento que vou entregar ao Presidente da Comissão a estratégia global com os cronogramas, junto com a lei geral, que vai incorporar tudo. Vamos, também, incorporar todos os procedimentos operacionais, para acelerar aquela área a que me referi.

A lei geral vai conter tudo. A legislação geral vai substituir o Código Brasileiro de Telecomunicações em tudo que se refira a serviços públicos. Nós vamos ter que enfrentar a radiodifusão, e até acho que, mais à frente, devemos enfrentar, depois de resolver a questão dos serviços públicos. Ela vai ter tudo o que o Código tem, regulamentando como as concessões vão ser executadas, todos os problemas de interconexão de redes, todo o caráter geral do órgão regulador. Ela vai ditar toda a regra do jogo. Para isso, estamos querendo criar uma legislação, primeiro, que seja transparente, voltada para a garantia da prestação do serviço público adequado ao cidadão; que dê garantias aos investimentos nos contratos de concessão para que sejam verdadeiros contratos de gestão que, se não cumpridos, sejam cassados. Não há outro maneira. E, prevendo procedimentos técnicos, etc.

Por exemplo, esse programa de investimentos que apresentei mais do que plurianual é uma política de telecomunicações até o ano 2003 que estabelece todo o projeto nacional de telecomunicações, os quais as concessionárias terão que cumprir. Se vier uma proposta sobre anel de fibra ótica terá que ser feita porque irá constar dos contratos de concessão os programas de expansão do sistema e as metas estarão incorporados naqueles acordos. A área de penalidades tem que ser rígida. É algo novo. Sabemos que no Brasil nenhum concessionário está acostumado a ver cassada a sua concessão. Penso que teremos que nos acostumar com isso.

Outro dia fiz uma brincadeira - não posso dizer as palavras que usei porque são um pouco contundentes. Tínhamos um colégio com um "cenário licencioso." Agora, queremos fazer um colégio de freiras. É uma traição até cultural e pedagógica de as pessoas incorporarem novos procedimentos. Mesmo na área de radiodifusão estamos fazendo isso e é quase um processo de aprendizado. Tudo será discutido até o final de outubro. Além da lei

geral serão encaminhados todos os procedimentos operacionais para acelerar essa faixa de mercado.

Quanto às tele, esse Governo possui um compromisso definitivo, inarredável com o problema de privatização, só que esse Governo tem uma visão clara do papel do Estado. É um Estado voltado para as políticas públicas sociais, e para isso precisa ser expurgado da produção de bens e serviços. Mas é um Estado regulador, que é o novo Estado moderno, onde os bens da União, seja petróleo, sejam recursos hidráulicos, sejam telecomunicações, serão colocados à disposição para capitais privados explorarem sob rigorosa regulação. Nem a União nem a sociedade perderam nada do contrato; é um equívoco. Essa é uma visão de um Estado moderno.

Temos um compromisso e entendemos que privatização de bens e serviços, como a CSN, Petroquímica é algo muito mais tranquila porque o Estado produzia bens de uma área que não era adequada, e ele vende o controle por um procedimento que tem que ser rigoroso para preservar o valor do empreendimento.

Na área de concessões, não é controle que ele vende; o Estado continua detentor do bem e concede a exploração para os interessados, através de contratos de concessão, que podem ser cassados ou suspensos. Não é uma privatização; há um equívoco até do debate público. É uma espécie de privatização indireta. Deveria ser perguntado o seguinte: o Governo irá estabelecer em telecomunicações o mercado de livre competição? Vai. Começando, inclusive, por telefonia celular e serviços. Necessariamente as tele precisam ser públicas? Não.

O Governo tem que ter o cuidado de encaminhar esse processo de estabelecer o mercado de livre competição, através de concessões públicos, do setor de telecomunicações. Nesse modelo, reestruturadas as tele, elas serão privatizadas. O futuro cenário que o Governo pretende é ter uma EMBRATEL, porque ela opera os grandes meios, e a TELEBRÁS - acho que ela pode até controlar esse estilo. Há uma dúvida, e estamos discutindo: acho até - é minha posição pessoal - que a TELEBRÁS pode ter um papel ainda um pouco reguladora, através, por exemplo, de uma **Golden Share** que pode ter. Alguns países do mundo estão fazendo.

O Governo possui uma certa participação no jogo de mercado a qual estamos discutindo. O compromisso é definitivo no processo de privatização. Essa competição que V. Ex^a fala implicaria, na realidade, em reestruturar, mudar toda a Constituição e definir que empresas públicas pudessem operar como privadas. Não teria que ter necessidade de Orçamento Público, nem de obedecer a Lei nº 8.166, nem de realizar concurso público. Como disse o Serra, se tem que fazer tudo isso, por que não privatiza?

Não estamos preocupados com essa dilapidação porque iremos abrir telefonia celular em tudo isso e irá haver competição com o lado "a" que são as estatais. No momento em que iniciarmos o processo de reorganização das tele e transformá-las em seis, sete grandes empresas e iniciarmos um processo de privatização, não vai haver competição porque vamos privatizar todas. Vamos abrir as ações no mercado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - V. Ex^a tem a palavra, para réplica.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu queria apenas comentar mais alguns pontos. O pronunciamento do Ministro, a meu ver, fala de generalidades e está na mesma linha do pronunciamento anterior à aprovação da emenda. Nós estamos...

O SR. SÉRGIO MOTTA - Proponho, então, que se discutam os documentos que eu trouxe. Vamos discutir documentos, vamos discutir propostas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Um momento, Senador.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Vamos discutir os documentos que eu trouxe. Tenho até a madrugada para discutir isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Vamos discutir generalidades, sem V. Ex^a apontar o quê? O que V. Ex^a quer discutir?

O SR. SÉRGIO MOTTA - Generalidaes, se V. Exa. apontar em quê... O que V. Exa. quer discutir? O problema de interconexão de rede?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Quero que o Ministro adiante... O Ministro afirmou que, em outubro, o Executivo encaminhará a proposta de lei geral. Eu gostaria de saber quais são os pontos que garantem, nessa proposta geral, que eu suponho que o Governo já deve ter colocado...

Não é brincadeira, Ministro, não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu gostaria que o Ministro encarasse nossas observações com o devido respeito, da mesma forma que nós encaramos a exposição de S. Ex^a. Portanto, não estamos aqui para brincar.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Não é brincadeira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Nós não estamos aqui para brincadeiras.

O SR. SÉRGIO MOTTA - É uma reflexão íntima.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Então, da próxima vez, V. Ex^a faça a reflexão em forma de pensamento, porque eu poderia fazer outras reflexões que não seriam muito agradáveis. Insisto no seguinte: desde o inicio, quando do debate da emenda constitucional, aqueles pontos que nós levantávamos, particularmente a garantia da universalização, a questão das tarifas e a defesa da tecnologia nacional, eram levantados por Senadores do PSDB, particularmente, porque essa também era uma preocupação deles.

Estamos no mês de setembro, e o Ministro disse que vai apresentar essa proposta de lei geral no início de outubro. Eu quero saber... Não dá para discutir baseado em fatos, na medida em que a lei não foi proposta ainda. Quais são - acredito que haja algum acordo por parte do Executivo em relação a isso - os pontos concretos dessa lei geral que garantirão essas preocupações que eram manifestadas por nós antes da aprovação da emenda e que eram absorvidas por setor da base governista, no sentido de que também o Governo tinha essas preocupações.

São exatamente essas...

O SR. SÉRGIO MOTTA - Vou repetir de maneira objetiva, Senador, o que eu disse. O projeto de lei geral vai propor toda a regra do jogo. Ela vai estabelecer tudo o que o Código Brasileiro de Telecomunicações - podemos pegar o código atual e ver o que ele diz sobre a matéria de telecomunicações... Ele vai propor uma matéria substitutiva, estabelecendo todos os mecanismos das concessões. Ele vai propor todo o mecanismo de interconexão das redes que serão concedidas por meio de cada área de concessão. Ele vai propor tudo o que os contratos de concessão devem comprometer relativamente a programas de investimento, a programas de investimentos técnicos, a preservação da universalidade com o seu valor. Ele vai propor todos os mecanismos de fiscalização das concessões. Vai dizer como é o órgão regulador, qual o poder que o órgão regulador deve ter. Então vai propor tudo. Quando a lei vier, nós vamos discutir.

O que eu estou me propondo... Fiz uma exposição, que não considero superficial. Lamento que não tenha sido brilhante para ser profundo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estou dizendo generalista e não superficial.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Na verdade, eu trouxe aqui uma proposta de reestruturação do setor de comunicações brasileira, revolucionária, que nunca se fez. E se propõe agora um novo código de outorgas que é revolucionário, que acaba com o mecanismo que no Brasil todos sabem como era feito. Estamos propondo um espectro radioelétrico, que democratiza o mercado de telecomunicações no Brasil, toda uma sistemática de política de satélites, de política de comunicações.

Vamos agora estabelecer todo o novo modelo institucional. Esse documento com a estratégia, tudo o que eu disse que está no documento, vou encaminhá-lo até amanhã para o Presidente para torná-lo público. Para estabelecer os pressupostos do novo modelo institucional, temos de discuti-los para chegar a um consenso. Isso é que temos de discutir.

Há o compromisso de encaminhar até fim de outubro essa lei geral. Resolvemos que ela seria mais ampla e substituiria toda a legislação sobre telecomunicações que existe no País hoje. Essa proposta vem acompanhada dos procedimentos operacionais, para abrir inicialmente os mercados de telefonia celular, comunicação de dados, satélites.

Estamos trabalhando como se trabalha em qualquer lugar do mundo. Estamos em contato com o conselho internacional, com a OIT.

Hoje, está havendo seminários no mundo inteiro, e a participação do Brasil está sendo reivindicada. Essa é a realidade. A preocupação do Governo está sendo de cautela, rigor, por entender que este não é um mercado a ser privatizado com a simples transferência do controle. É o caso de se estabelecerem critérios de regulação para criar pactos contratuais de concessão, tanto é que disse que não se trata de uma privatização tradicional. As telecomunicações vão ser privatizadas sim, e a proposta de reestruturação na área de concessão será discutida no Congresso Nacional.

Essa é a proposta do Governo: discutir tudo abertamente. Toda a equipe do Ministério ainda é fraca, lamento; e espero que um governo de seu Partido seja mais brilhante. Quando encaminharmos a legislação, espero ver as contribuições que o senhor fará em cima da lei, como tiveram no Código Tributário até agora.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Em primeiro lugar, gostaria de louvar a seriedade e a competência com que está sendo discutida e encaminhada a mudança dos temas de comunicações no País.

Quero dizer que, pessoalmente, concordo com a flexibilização, modernização e privatização do setor e gostaria de colocar duas questões rápidas que dizem respeito à região que represento. A primeira, comunga com a preocupação do Senador Freitas Neto. Realmente, nós, Senadores e Deputados das regiões mais pobres, temos inclusive uma cobrança política nos Estados pela preocupação de que essas áreas ficariam relegadas, mas acredito pelas colocações do Ministro, com o que foi exposto e com o mix de área de concessão que está sendo previsto, isso poderá rapidamente ser, de certa forma, equacionado.

Gostaria de ouvir do Ministro - a primeira questão - é se a região Amazônica e os Estados da Amazônia serão relegados. Haverá uma preocupação do Ministério das Comunicações no sentido já firmado de que seja ampliado o nível de investimentos na região porque, um pouco diferente do Estado do Piauí, a região Amazônica é muito mais difícil e diria que a ampliação do setor de comunicações representa não somente a integração do território nacional efetivamente, mas também a manutenção da brasiliade e toda essa questão nacional com a qual lutamos com muita dificuldade naquela região.

A segunda questão diz respeito ao aspecto técnico, específico da região. Por legislação interna do Ministério das Comunicações, nos últimos anos foram dadas concessões

para sistema de televisão com o nome de concessão mista de televisão para a região Amazônica. Isso gerou, na verdade, uma certa distorção, uma vez que foram implantadas concessões de televisão que funcionam como televisão, mas não são outorgas e há um limbo de geração de televisões na região Amazônica.

Gostaria de fazer um apelo para que essa questão fosse analisada com carinho e fosse equacionada essa pendência, porque hoje televisões estruturadas, efetivadas, funcionam como televisão mas, na prática, perante a legislação, não são televisões.

Gostaria, finalizando, de agradecer a participação do Sr. Ministro e ouvir de S. Ex^a que a região Amazônica não será postergada, não será esquecida e que será priorizada nessa questão dos investimentos de comunicações mantendo e melhorando o padrão.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Tem a palavra o Sr. Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Vamos fazer um contraponto ao Ceará. Em primeiro lugar, o que o Senador colocou, e que já citei no caso do Senador Freire, é muito preocupante; outro dia, em Roraima mesmo, caiu uma daquelas estações de transmissão, uma das torres e ficaram isoladas algumas comunidades. Quer dizer, ainda é um sistema precário, mas percebi a importância que tem para a região porque interrompeu uma série de serviços.

Entendo que o desenvolvimento tecnológico que já está à mão vai permitir um brutal investimento nessas grandes regiões. O que disse é que todos os sistemas de satélites atualmente estão cada vez mais sofisticados, mesmo com essas Bandas KU e vão permitir sistemas de recepção mais simples, de muito menor custo.

Veja que lançamos esse tele-educação à distância que vai atingir 46 mil escolas, ainda em Banda C, mas vai ser em Banda KU, com equipamento, inclusive, mais barato. Vai-se permitir com o desenvolvimento dessas novas constelações de satélites mecanismos para ampliar os investimentos nas regiões e interligá-las; e a tendência é reduzir o custo, Senador, porque com o desenvolvimento tecnológico há um compromisso do País, da União, e o Congresso tem que providenciar isso, porque o Governo se obriga. Por isso é que os contratos de concessões têm que ser rigorosos. A tecnologia, se vai favorecer alguma região são regiões do tipo do Amazonas, uma vez que vai permitir criar-se, cada vez mais, essas grandes estradas de informação interligando toda a região.

Com relação a esse problema que o senhor falou de RTV é um daqueles problemas que estava na nossa pauta nos últimos meses e havia diversas legislações que foram feitas conforme a necessidade. Isso criou, nos trinta últimos anos, uma legislação em que se dava concessão para uma rádio atuar em determinado município, a qual, depois, podia se transferir para outro município. Aí vêm aqueles problemas de conurbação, de uma rádio aumentar a sua potência, aumentando tanto que entrava na área de outro município. Esse é um trabalho brutal. Agora, estamos ajeitando.

Quanto à questão de RTV - outro dia um secretário nosso definiu bem -, o que ocorre é que, na realidade, é uma televisão criada para se "quebrar um galho" para poder dar sem grandes problemas. A RTV tem a não-comercial... Ocorre que elas criaram exceções, como é o caso da RTV Educativa, que você pode transmitir o sistema da TV Educativa e pode fazer uma certa veiculação local e, no caso, do Amazonas em que você pode fazer uma veiculação comercial de algo em torno de 15% dos programas locais.

Por que é que fizeram isso? A melhor explicação é aquela, segundo a qual, arrumaram um jeito para a questão da televisão, cuja concessão era muito complicada, que tem problemas políticos, tem que se fazer edital, concorrência pública, etc... Assim, inventaram isso, porque essa concessão era dada por permissão do Ministro. Até abri mão de um certo poder, que, conforme diz um Senador do meu Partido, que hoje é um Governador

cujo nome não cabe declinar, "Logo agora foram estabelecer esses critérios tão rigorosos!". Porque era um tal de conceder RTV que não tem explicação. Vou dar um exemplo: um Deputado de São João Del Rey reclamou de uma televisão. Foi lá a fiscalização e lacrou todas, porque todas eram RTVs. Na cidade inteira tinha transmissão por RTV. Há quinze anos a cidade via todos os canais; a partir de um certo momento, passou a ver apenas a **Rede Globo**. Por quê? porque estava tudo irregular. Esse é um mercado em que há milhares de RTVs, porque são antenas. Ocorre que lá em São João Del Rey havia um Prefeito que subia no morro e transmitia um programa dele, pessoal.

Então, quero deixar para V. Ex's que vivemos em um mundo que, para passar do que digo, uma certa casa licenciosa, para um colégio de freiras, é um processo de aprendizado e de reestruturação legal com o qual o Congresso tem de contribuir.

Quanto a esse problema de RTV, o que resolvemos? Estamos soltando agora, após a aprovação dessa norma, uma nova portaria de RTV em base não comerciais, que exclui o Amazonas, porque temos que tratar essa Região como um caso à parte. O que é que essa portaria fala? V. Ex's podem não acreditar, mas temos aí parados 1709 processos de RTV que nunca foram liberados e que estão instaladas. Então, vamos soltar essa nova portaria que estabelece uma regra mais clara sobre como isso será concedido, que é para bases não-comerciais, afora o Amazonas. Isso se faz para Prefeituras... E São Paulo tem cerca de 3000 pedidos parados, embora algumas já instaladas... Vamos divulgar em edital público para que essas pessoas revalidem os pedidos. Quem revalidar, nós vamos avaliar se está de acordo com essa nova portaria. Estamos, assim, dando uma acertada no processo.

Para V. Ex's terem uma idéia, nós tínhamos, na Secretaria de Outorga, só em São Paulo, 8097 processos parados; no Brasil, um total de cerca de 13000. O que é isso? Tem de tudo, desde renovação... Por que é que não se aprova renovação? Está legal, assina a renovação. Por que não se aprovam as outorgas? E temos 260 concessões de radiodifusão outorgadas que não estão operando. Temos n concessões de **tranking**... Tanto é que na Secretaria de Outorga fizemos uma circular que muda o texto para cada tipo de usuário, e estamos dando prazos finais. Há casos em que se está na sétima convocação. Coisa que a portaria não permite. Estamos assim dando um prazo, porque não se quer punir, mas dar oportunidades para aqueles que querem renovar. Quem não quiser, nós vamos cassar as concessões.

No caso da Amazônia ela é uma espécie de RTV em base comercial. Ela está incluída no código. Temos uma dúvida se a mantemos incluída no código, porque aí seria feito por edital público. Confesso que achamos que podíamos encontrar uma restrição à coisa da Amazônia. Estamos em dúvida disso, por isso que essa parte ainda está em discussão. Ou se retiramos e incorporamos na própria portaria nova só o caso da Amazônia, como exceção. Agora, é grave porque a maioria opera e só agora estamos regularizando.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Estou satisfeito. Quero registrar que, devido à facilidade, como disse o Ministro, nos últimos anos, todas as concessões praticamente na Amazônia foram dadas através de RTV, o que dificultou esse processo todo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Concedo a palavra o Senador José Ignácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente quero agradecer a atenção do Sr. Ministro por ter vindo à Comissão. E gostaria de formular um requerimento verbalmente para que, após a manifestação do Sr. Ministro e dos Srs. Senadores, fosse submetido à Comissão, no sentido de que o PPA, no que concerne

especificamente às telecomunicações, fosse também objeto de um exame pela Comissão de Infra-estrutura. Ou seja, proporia que nós ouvissemos o Ministro e sua assessoria no que tange às telecomunicações ou as comunicações em geral, mas com relação ao PPA especificamente. O requerimento do Sr. Senador Arlindo Porto foi abrangente. Não foi isso?

O SR. SÉRGIO MOTTA - Isso.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Era isso que queria formular. Deixo pendente.

Em segundo lugar, quero dizer que fiquei muito bem impressionado com a consulta que o Sr. Ministro fez à Câmara dos Deputados e que está fazendo agora ao Senado Federal dessa medida que é de competência exclusiva do Executivo. Não é muito comum que se faça isso.

Na verdade, mais do que ouvir só o Congresso Nacional, o Ministro está ouvindo a sociedade, ou seja, publicou no **Diário Oficial**. É a consciência de que o poder não é mais só do Estado. Diariamente "pipocam" na sociedade infinitos novos poderes e a sociedade, afinal, é o grande poder. E é "implanejável". É isso que as pessoas precisam compreender. Não é como planejar o "pipoco" de tanta coisa diariamente. Neste momento, deve haver mil, dois mil novos poderes surgindo: o hospital, a escola etc. Tudo isso somado é muito mais do que o poder do Estado.

Dessa maneira, felicito o Sr. Ministro pelo inusitado do comportamento. Uma decisão que cabe ao Executivo, S. Ex^a procurou socializar essa decisão ouvindo o Congresso Nacional e, potencialmente, ouvindo a sociedade brasileira.

Há uma segunda questão de que eu gostaria de tratar. Diante do que o Ministro colocou, estamos diante de todo um modelo institucional que vai se "debuchando" agora. Daí ser impossível ao Ministro, a esta altura, dizer mais que certas linhas básicas e até coisas que ele pode repensar na área do Executivo ainda.

Eu formularia perguntas, mas acho que não há como formulá-las. Por exemplo, a questão da agência regulatória, como é que vai ficar? A questão da política industrial, o que vai ocorrer? O segmento industrial daqueles setores que forem objeto de concessão, quer dizer, uma operadora estrangeira vem para cá, vai buscar o segmento industrial dela ou vai prestigiar de alguma maneira os 30 mil empregos que temos no Brasil do nosso segmento industrial que foi, afinal, trazido para o setor pelo próprio Estado? Ou será um entendimento intermediário? Essa é uma questão que não sei se o Ministro pode responder. A questão do órgão regulatório, que me interessava demais.

Para não deixar de formular uma pergunta para o Ministro, vou apresentar-lhe uma preocupação. Houve um ordenamento, houve uma cronologia. O Sr. Ministro, na construção desse modelo, coloca, num terceiro momento, a reorganização das teles, a reengenharia das teles para prepará-las para um processo de privatização subsequente. Isso é posto num terceiro momento.

Então, se devo colocar uma pergunta - essa pode ser respondida pelo Sr. Ministro - indagaria do Sr. Ministro se haverá alguma medida, evidentemente no curso dessas etapas, para estabelecer condições mínimas de reengenharia dentro das empresas para que elas possam algo mais que um contrato de gestão, para que elas possam viver um momento intermediário entre essa etapa final, que é da reengenharia final delas, e o momento de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Com relação ao requerimento do Senador José Ignácio, já estava pactuado entre a Comissão e o Ministro o estabelecimento a partir de agora de um diálogo formal ou informal em torno desse assunto, tendo em vista a importância.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Pode ser até informal.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Que eu julgo mais produtivo.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Quem quiser, na hora que achar oportuna, está em computador. Mais do que o PPA, ela é a política de telecomunicações para o País até o ano 2003. É uma decisão de Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Exatamente. Está pactuado entre os membros da Comissão o estabelecimento desse diálogo informal.

O SR. NEY SUASSUNA - Acredito que a apresentação dessa política deveria ser feita aqui no Senado, convidando-se outros Senadores, porque é fundamental que se tome conhecimento do que tem essa proposta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - A hora que for oportuna, Sr. Presidente. É informal. V. Ex^a me dá um dia, porque tenho que vir com a equipe, montar. Pretendemos fazer uma coisa bem feita. Ela é interessante porque tem opções tecnológicas que vão definir o País. Ela foi usada por PPA para os próximos três anos. Ela ultrapassa o PPA.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - A idéia é trazer o Ministro José Serra - aqui está o PPA já entregue -, discutirmos o PPA como um todo e em seguida começarmos o detalhamento segmento por segmento. O primeiro, por antecipação, foi o das telecomunicações, pela convocação do Senador Freitas Neto ao Ministro Sérgio Motta. A Comissão pretende estabelecer um amplo diálogo formal ou informal, o mais próximo possível com o sentido da colaboração, de esclarecimento, para que esse plano plurianual possa, se possível, ser aperfeiçoado com a contribuição do Congresso.

Com esse esclarecimento, dou a palavra ao Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - O Senador José Ignácio, até por ser alguém que militou muito no setor, tocou num problema vital - que nem passei aqui -, que é o problema de uma política industrial. Temos junto ao Secretário executivo, Fernando Xavier, uma assessoria só tratando da formulação de uma proposta de política industrial para o setor, porque, na realidade, o Brasil tem áreas de excelências nisso, tem uma estrutura produtiva muito qualificada. Tem o CPQD que produziu coisas muito interessantes.

A minha posição pessoal - e é a do nosso grupo - é de estabelecer uma política rígida de ampliar o mercado produtivo nacional e estimular empresas para que venham para cá. Aliás, isso já está ocorrendo. Não quero dizer o nome, mas uma grande empresa internacional vai anunciar um grande investimento no País talvez nos próximos quinze dias. Porque, nas discussões que temos tido com esses grupos, já vimos induzindo a esse modelo - com o qual eu concordo - que é usar a capacidade, hoje ociosa, de ampliar a indústria nacional, mesmo com a participação de capitais privados estrangeiros que venham para cá operando como empresa nacional, como a Constituição hoje prevê, ou em **joint ventures**, em associações com grupos nacionais.

Eu, pessoalmente, tenho estimulado muito esse tipo de composição entre grupos estrangeiros e nacionais. Mas penso que a política essência é de fixação da capacidade produtiva no País. Disso não tenho dúvida nenhuma. V. Ex^a sabe que o País tem total condição. No caso do órgão regulador que V. Ex^a tinha mencionado.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Não, da reengenharia das teles.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Na realidade, é um trabalho complicado, porque na medida em que fizermos o trabalho de reorganização das áreas de concessão, vamos ter que fazer um trabalho de reengenharia societária e financeira primeiro, que envolve direitos de acionistas minoritários. É muito complicado, não é uma coisa fácil. Nesse trabalho de reengenharia, vamos introduzir já os mecanismos dos novos contratos de concessão, mesmo para aquelas teles ainda que continuarem, na transição, públicas, quer dizer, que deverão ser objeto da lei e regulamentação da lei.

O trato que estamos preparando é um verdadeiro tijolo, porque ele pressupõe todo o detalhamento de todas as relações concedentes/concessionárias, especialmente na área de penalidades. Nenhum contrato de concessão no Brasil tem penalidades claras. Pode-se pegar a área elétrica e a de radiodifusão. Não há penalidades claras, porque não há obrigações nem financeiras nem de investimentos.

Então, realmente, pretende-se incorporar já nesse processo, de alguma forma - V. Ex^a veja que estamos recuperando no sistema Telebrás - aqueles programas de metas. Os índices de desemprego, aquilo foi abandonado. Estamos recuperando para reintroduzir. Agora como tem essa programação, não há dúvida. Nesse seminário que vamos fazer, vamos juntar mais de quatrocentas pessoas do sistema para unificar o pensamento e a visão que têm do programa de investimento. Agora tem parâmetros inclusive de cobrança. Vamos abandonar aquele negócio de índice de desemprego - terceira ou quarta. V. Ex^a sabe como aquilo era feito. E vamos fazer desempenhos de gestão mesmo através da incorporação de contrato de gestão.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador José Ignácio Ferreira, para a sua réplica.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Quero dizer que percebo a extrema cautela do Ministro. Inclusive, até, o Ministro é considerado um homem impetuoso, "meio trator", mas a sua equipe lhe dá uma retaguarda muito boa. Conheço a maioria deles e sei bem da expressão de todos e sei o que isso representa para que se caminhe pisando em superfície sólida realmente.

Quero, nesta oportunidade, registrar esse fato. Há também a questão da preocupação do Governo em estatizar o Governo, destituir o sentido republicano, o sentido de que a **res publica** é a coisa pública, e a que for privada é privada. Na verdade, o que está ocorrendo, é que estamos reintroduzindo a República no Brasil. E esse é um fato que me parece muito importante numa hora em que vamos caminhar para o segundo momento.

Antes da reforma constitucional, estávamos com um plano horizontal em que tínhamos tudo: a formulação da política por setor, feita pela União; a presença acionária majoritária; a operação pela União; o poder concedente; fiscalização; controle; e, ainda, algo importante que era a formulação da macro-política do País que influía também na área de telecomunicação. Tudo isso na mão da União. De repente, fizemos um plano inclinado na flexibilização. Nessa ponta daqui que queremos trazer para aqui a força do Estado. Quer dizer, realmente o Estado, que não tem cultura regulatória, como disse o Ministro, venha realmente a criar quadros. É até uma questão que eu perguntaria ao Ministro, como está sendo visto isso, ou seja, essa condição de exercício: numa ponta da gangorra haverá, no Congresso, setores que vão querer reduzir a presença regulatória do Estado.

Essa é a bandeira que estamos levantando sempre nas nossas lutas. Queremos que o Estado seja cada vez mais Estado, porque não acreditamos, afinal, que o mercado se regule da maneira como pensam os liberais.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Muito obrigado. Quero só dizer ao Senador que sou trator, mas quem regula o meu motor é o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Ministro, agradeço a presença de V. Ex^a.

Praticamente todos os assuntos foram explorados, todas as perguntas foram feitas. Creio que, diante da rapidez com que o senhor respondeu às indagações, ficaram esgotadas as duas perguntas que eu tinha interesse em fazer a V. Ex^a. Obrigado.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Agradeço ao Senador Ney Suassuna pela presença e colaboração.

Farei um comentário a respeito do que disse o Senador José Ignácio sobre o treinamento de pessoal. Em toda função pública que exercei, sempre privilegiei muito o pessoal dos locais em que eu trabalhava. Vim para o Ministério praticamente só com uma pessoa.

Quero dar o meu testemunho da qualidade dos quadros do sistema TELEBRÁS. Temos lá quadros da melhor qualidade profissional técnica, com uma visão de mercado internacional. Tenho hoje orgulho de ir para o exterior e sentir que todos os sistemas TELEBRÁS são absolutamente respeitados no mundo inteiro.

Temos talvez hoje uma das maiores plantas. A EMBRATEL é uma das dez maiores operadoras do mundo. Quanto aos quadros profissionais não temos problemas. (inaudível)... vai ampliar e vai permitir inclusive remunerar melhor esses profissionais que, muitas vezes, são verdadeiros heróis em fazer um trabalho. Hoje todo o trabalho está sendo feito pelo pessoal da casa, das tele, da TELEBRÁS, de um pessoal que junto ao Ministério trabalham com um profundo sacrifício.

Quero repetir que estamos fazendo algo que alguns países demoraram anos, e vamos fazer em meses, devido à qualidade técnica do pessoal que temos no sistema. Só quero que eles não fiquem muito orgulhosos.

O SR. NEY SUASSUNA - Perdão Ministro. Como não usei da palavra para as perguntas, eu queria só mencionar uma curiosidade. Uma tele, vizinha ao nosso Estado, estava comprando equipamento telefônico pelo dobro do preço que o nosso Estado estava cobrando. Isso aconteceu em outras regiões do País. Sei que o senhor já tomou providências, já colocou outra pessoa no lugar.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Aconteceu mais do que o senhor imaginava e mais do que o País gostaria que acontecesse.

Na realidade, o que fizemos? É um orgulho termos hoje a Telebrás, que é totalmente profissional; a Embratel é totalmente profissional - a direção e os conselhos também. Temos sete Conselhos de Administração, que administram as vinte e sete teles, profissionais, e todas as teles têm gestão majoritariamente profissional. Hoje, o sistema é profissional.

Eu já até desafiei a imprensa a analisar os **curriculuns** de todos os gestores do Sistema Telebrás. E isso terminou.

Estamos, inclusive, implantando agora um núcleo de preços de referência no Ministério, porque por mais que haja diferença de região para região, esses preços já existiam no Sistema Telebrás; não eram explorados. Só não tem muito para a área de serviços, mas nós pretendemos começar a operar o mais rápido possível, para impedir. Mas isso já está evitado, porque agora tem todo um sistema de gestão profissional para impedir. Fomos, inclusive, obrigados a anular diversos contratos de gestão, até nesses Estados que o senhor quer citar.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, inicialmente quero lamentar não ter podido ouvi-lo desde o início, mas o que ouvi foi o suficiente para que pudesse ter a enorme satisfação de cumprimentá-lo pelo magnífico trabalho que faz à frente do Ministério.

Gostaria de me associar, de modo particular, às palavras que aqui foram ditas pelo nobre Senador José Ignácio Ferreira, na sua amplitude.

Acabo de regressar de uma missão empresarial ao Canadá e ali, em contato que mantivemos com vários setores da atividade econômica, tivemos manifestações claras e de maior interesse no investimento nesse setor em nosso País.

Creio que, de certa forma, isso ocorre em todos os países do mundo, que têm desenvolvimento na tecnologia de comunicações.

Queria apenas fazer uma sugestão a V. Ex^a: como acabo de ser eleito Presidente da Confederação Nacional da Indústria, sugiro que seja dado oportunidade de uma participação na formulação dessa política à Confederação Nacional da Indústria, uma vez que ela representa todo o setor industrial brasileiro.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Temos um grupo executivo que está trabalhando nesse novo modelo, e há um comitê mais amplo de debate. Estamos criando aqui - não queremos criar formalmente - um certo conselho consultivo, em que vamos juntar umas vinte ou vinte e cinco pessoas para discutir tudo isso gradativamente; um Conselho de pessoas significativas que possam contribuir. E uma das idéias é que, nesse conselho, a CNI possa opinar sobre a lei, sobre cada etapa. Esse é um processo que estamos começando agora e que vai pelo horizonte do Governo Fernando Henrique pelo menos. Não vamos nos iludir, é um trabalho paulatino e muito grande.

É fundamental a participação da CNI nisso.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - Consulto se os Senadores Carlos Wilson e Sérgio Machado desejam formular alguma pergunta.(Pausa.)

Bom, esgotada a lista de oradores, Sr. Ministro, queria fazer algumas considerações finais.

A vinda de V. Ex^a foi benfazeja, na medida em que prestou esclarecimentos fundamentais. Claro que aqui não foi dito quando se começa o processo de privatização nem de que forma ela vai se estabelecer, mas aqui foram entregues documentos, aqui foi explicado o processo como deve se desenvolver, democrático, aberto, justo, no meu entendimento, e creio que todos nós só ganhamos com essa exposição.

Mas entendo que foi apenas um começo do trabalho que pretendemos desenvolver em conjunto.

V. Ex^a fez uma revelação, ao longo de sua exposição, muito curiosa: o Chile e a Argentina, por parâmetros de digitalização dos seus sistemas, estão muito à frente do Brasil. E veja que coisa curiosa: o Chile, para falar com o resto do mundo, passa pelo Brasil. Lembro-me muito bem que, na Argentina, há dez ou quinze anos, do hotel em que me hospedei, eu via nos cumes dos prédios, ligando um prédio ao outro, uma sucessão de fios pendurados - eram os cabos telefônicos, pré-históricos. E hoje a Argentina passou o Brasil.

Então, na verdade, o Sistema de Telecomunicações - para sermos corretos -, é o sistema que mais tem evoluído no mundo, tecnologicamente, mais do que qualquer outro setor. É um setor que envolve enormes interesses e que tem que ser cuidado com muito apreço, com muito espírito público. Se, hoje, a Telebrás é um patrimônio nacional e se se deseja atomizar o seu capital, que é um patrimônio do povo brasileiro, e se se pretende estabelecer um sistema que evolua tecnologicamente pelo ingresso do capital privado, mas em condições probas, éticas, isso tem que ser discutido. As coisas evoluem rapidamente e aqui se discutiu muito mais do que a questão da telefonia pura e simplesmente.

Há pouco tempo, no Brasil, havia a discussão da TV comercial. Eram as redes **Globo, SBT, Manchete**. Hoje a banda K1, a TV a cabo, **MMDS** caminham celeremente para ser o que já são na Europa e nos Estados Unidos, uma quebra efetiva do monopólio de audiência, com o barateamento de custos e com vantagens para a sociedade.

Então, vejam como estamos tratando de um assunto de relevantíssima importância. E, até por isso, não poderíamos perder esse diálogo agora. Acredito que a proposta feita primeiramente por V. Ex^a, retirada pelo Senador José Ignácio e que é a idéia da Comissão de Infra-estrutura, é de estabelecermos um diálogo permanente, de parceria de responsabilidades, de colaboração, para que possamos produzir, em benefício da sociedade, os melhores documentos possíveis.

De modo que, com essas considerações, gostaria de agradecer a V. S^a a sua presença e manifestar que a Comissão de Infra-estrutura que, pelo voto dos meus Pares, presido, deseja reiterar a intenção de se reunir permanentemente com o V. S^a e com a sua equipe, no sentido de aperfeiçoar e de colaborar. É esse o nosso desejo.

A Presidência convoca reunião para terça-feira, para apreciação do Código de Mineração.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h35min.)